Exerceu funções de Técnica Superior na Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (entre 2015 e abril de 2018).

16 de abril de 2018. — O Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Nuno Ribeiro de Matos Venade*.

311286924

Despacho (extrato) n.º 4826/2018

Por despacho de Sua Excelência a Secretária de Estado da Saúde, de 23/03/2018, foi autorizada a consolidação da mobilidade, na categoria, à profissional abaixo mencionada, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, anexa à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho:

Nome	ACES	Carreira	Serviço de Origem
Sara Rita Remédio da Luz Marques	Lisboa Ocidental e Oeiras	Enfermeira	Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.

11 de abril de 2018. — O Vogal do Conselho Diretivo, Nuno Venade.

311297162

ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4827/2018

- 1 Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e da alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero a mestre Isabel de Oliveira Vaz das funções de técnica especialista no meu Gabinete, para as quais havia sido designada pelo Despacho n.º 210/2016, de 23 de dezembro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4/2016, de 7 de janeiro de 2016.
- 2 O presente despacho produz efeitos a partir do dia 11 de maio de 2018.
- 3 Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

10 de maio de 2018. — O Ministro da Economia, *Manuel de Herédia Caldeira Cabral*

311339582

Despacho n.º 4828/2018

Considerando que a Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, prevê que a designação dos membros do conselho diretivo seja efetuada na sequência de procedimento concursal, aplicando-se as regras de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior de Administração Pública, previstas no Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com todas as alterações em vigor;

Considerando que o cargo de vogal do conselho diretivo se encontra igualmente vago por cessação da substituição, a pedido da substituta, a licenciada Clara Susana Pereira da Silva Santos, nos termos do n.º 6 do artigo 27.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, o qual foi deferido pelo Despacho n.º 34/XXI/ME/2018, afigura-se pois necessário e urgente proceder à designação de novo titular do referido cargo, de forma a assegurar o normal funcionamento deste organismo, até conclusão do respetivo procedimento concursal;

Tendo em conta que o regime de designação mais adequado às circunstâncias referidas é o da designação em substituição, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, na sua redação atual, aplicável por força do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual:

- 1 Nestes termos, e com os fundamentos acima descritos, designo, em regime de substituição, a mestre Isabel de Oliveira Vaz, para exercer o cargo de vogal do Conselho Diretivo do IAPMEI, I. P. Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.
- 2 A designação ora efetuada fundamenta-se na experiência profissional da designada e na reconhecida aptidão para exercer o cargo, conforme o atesta a sua nota curricular, que, para efeito do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, é publicado em anexo ao presente despacho e que dele fazem arte integrante.

10 de maio de 2018. — O Ministro da Economia, *Manuel de Herédia Caldeira Cabral*.

ANEXO

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Isabel de Oliveira Vaz.

Data de nascimento: 17 de janeiro de 1958.

Nacionalidade: Portuguesa.

2 — Habilitações académicas:

1991: Mestre em Direito, na área de Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

1981: Licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Entre 2015 e 2018: Técnica Especialista no Gabinete do Ministro da Economia;

Entre 2011 e 2015: Assessora jurídica, na Direção-Geral das Atividades Económicas;

Entre 2010 e 2011: Assessora da Comissão Diretiva, no COMPETE — Programa Operacional Fatores de Competitividade; Em 2009: Vogal do Conselho de Administração, na EPUL — Empresa Pública de Urbanização de Lisboa;

Entre 2007 e 2008: Assessora jurídica do Conselho da Autoridade da Concorrência, e diretora interina do departamento de mercados regulados e de auxílios de Estado, na Autoridade da Concorrência;

Entre 2005 e 2006: Chefe do Gabinete da Coordenadora da UCMA — Unidade de Coordenação da Modernização Administrativa; Entre 2003 e 2004: Assessora jurídica do Conselho da Autoridade da Concorrência;

Entre 2002 e 2003: Membro da Comissão de Revisão da Legislação da Concorrência e Assessora no Gabinete da Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços;

Entre 2001 e 2002: Assessora jurídica, na Direção-Geral das Relações Económicas Internacionais;

Entre 1998 e 2001: Adjunta, no Gabinete do Secretário de Estado do Comércio e Serviços (1998-2000) e no Gabinete do Secretário de Estado das Pequenas e Médias Empresas e do Comércio e Serviços (2000-2001);

Entre 1996 e 1997: Diretora dos Serviços Jurídicos, na Direção-Geral de Concorrência e Preços/Direção-Geral do Comércio e da Concorrência; Entre 1990 e 1997: Assistente convidada, na Faculdade de Direito da

Universidade de Lisboa, e docente, na Universidade Lusíada (1993-1997); Entre 1987 e 1993: Técnica Superior, na Direção-Geral de Concorrência e Precos:

Entre 1982 e 1987: Assistente estagiária, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

311339639

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Aviso n.º 6495/2018

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e em cumprimento do estabelecido na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foi determinada a consolidação da mobilidade interna na categoria da técnica superior Ana Rute Amaral de Azevedo e Moura Monteiro, posicionada na 3.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 19 da Tabela Remuneratória Única, com efeitos a 1 de maio de 2018.

4 de maio de 2018. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.